



METROVIÁRIOS DO BRASIL

Publicação da Federação Nacional dos Metroviários - Fenametro - ano 4 - nº 33 - Julho de 2010

Lula veta Fator Previdenciário e decepciona trabalhadores

Um pouco antes de a seleção brasileira fazer sua estreia na Copa do Mundo, foi divulgada a decisão presidencial que decepcionou milhões de trabalhadores brasileiros, pois, ao mesmo tempo em que sancionou o reajuste de 7,72% das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo, vetou a extinção do fator previdenciário.

Ao sucumbir à avaliação de parte de sua equipe econômica, ao invés de atender aos apelos da população, do movimento sindical e da maioria dos deputados e senadores, Lula desperdiçou a chance de extinguir um dos maiores entraves criados pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso ao direito do trabalhador brasileiro se aposentar.

Implantado em 1999, com a alegação de déficit na seguridade social, o fator previdenciário foi prontamente rechaçado



Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

Aposentados realizaram diversas vigílias no Congresso pela votação das medidas

por partidos de esquerda e entidades de oposição às políticas neoliberais, por prejudicar aqueles que começaram a trabalhar precocemente, ou seja, os mais pobres.

Uma luta contínua

Nos últimos meses, a Fenametro e os sindicatos a ela filiados participaram ativamente da campanha pela extinção do fator previdenciário, inclusive com o

envio de cartas aos parlamentares e ao presidente Lula, com o objetivo de sensibilizá-los quanto à importância da aprovação desta medida para os trabalhadores.

Agora, é necessário promover uma ampla mobilização pela derrubada do veto presidencial ou por uma alternativa que promova a remoção deste entrave que prejudica aqueles que dedicaram grande parte de sua vida à construção desse país.

Consciente de que sem a pressão exercida sobre o governo nos últimos meses não teríamos nem o reajuste de 7,7% aprovado, a Fenametro reforça mais uma vez sua disposição de luta e conclama todos os metroviários brasileiros a se unirem para continuarmos nessa luta pelo fim do fator previdenciário.

Os metroviários e os demais trabalhadores exigem! O Brasil precisa!

Entre mon trilhos, VLT's e BRT's, o que falta é metrô

O Brasil vai sediar, nos próximos anos, dois importantes eventos esportivos: a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016. Com isso, o debate sobre o transporte público de passageiros nas cidades-sedes destes eventos ganha uma nova perspectiva, e os projetos de expansão e melhoria dos sistemas existentes surgem na emergência do tempo para realizá-los.

Já temos um PAC da Copa, projetos de mon trilhos em algumas cidades, projetos de VLT's (Veículos Leves sobre Trilhos) e BRT's (Bus Rapid Transit ou corredores segregados de ônibus) em outras, mas nada se fala sobre a ampliação dos sistemas metroferroviários.

O programa investirá R\$ 11,48 bilhões em 47 projetos destinados à mobilidade urbana, sendo que nenhum centavo será aplicado para ampliação das redes metroviárias existentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, nem na implantação de novas redes reivindicadas em Curitiba, Salvador e Fortaleza.

Cabe ressaltar que a maior parte destes recursos (R\$ 7,68 bilhões) é proveniente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e teria

que atender principalmente os interesses dos trabalhadores.

Em São Paulo, por exemplo, a moda, agora, "inventada" por José Serra é o mon trilho. Mesmo em locais e regiões onde comprovadamente este sistema não conseguirá dar conta da demanda de passageiros, interesses não confessáveis transformaram antigos projetos de metrô em projetos de mon trilho.

Outro exemplo é o Rio de Janeiro, cidade que sediará os dois eventos, onde a situação é mais grave ainda. O governo Sérgio Cabral alterou alguns traçados dos projetos metroviários que já existiam, e substituiu outros por corredores de ônibus, alterações que não atenderão a demanda nem o interesse da população carioca.

Por isto é que o movimento popular e os trabalhadores pressionam para que os Conselhos Nacional e Estaduais das Cidades sejam órgãos deliberativos e que tenham meios para fiscalizar e autorizar investimentos nas questões urbanas que poderiam, no mínimo, diminuir a pressão dos lobbies poderosos de empreiteiras, multinacionais e empresários de ônibus que se locupletam com estes projetos duvidosos.

FIQUE POR DENTRO

PL 1687/07 cria política de mobilidade urbana

Está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei 1687/2007, que cria diretrizes para uma política nacional de mobilidade urbana e regula os serviços de transporte público coletivo. Em seu parecer, a relatora do PL, deputada Angela Amin, acatou quase todas as propostas do Conselho das Cidades, definindo ainda atribuições à União, estados e municípios, e estabelecendo direitos aos usuários de transportes.

O Projeto, substitutivo ao PL 694/95, visa contribuir para o acesso universal à cidade, por meio do planejamento e gestão do Sistema de Mobilidade Urbana. Em outras palavras, deverá garantir a acessibilidade; a equidade do acesso dos cidadãos ao transporte público

coletivo; a eficácia e efetividade da prestação dos serviços de transporte urbano; a transparência e participação social no planejamento; e a segurança nos deslocamentos dos usuários, entre outras medidas.

Para a Fenametro, falta ainda no projeto a concepção de que o transporte público coletivo deve ser estatal, pois o processo de privatização que atingiu o setor nas últimas décadas só dificulta a implantação de um sistema de transporte acessível a toda a população, com qualidade e compromisso com seus usuários.

A matéria já havia sido aprovada em caráter conclusivo na Comissão Especial de Transporte Coletivo Urbano, e agora aguarda a análise do plenário da Câmara dos Deputados.

Fotos: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr





Representantes das entidades eleitas encerram Conferência

4ª Conferência Nacional das Cidades

Os metroviários participaram, entre os dias 19 e 23 de junho, da 4ª Conferência Nacional das Cidades, que é o maior evento de discussão sobre o desenvolvimento urbano do país. Na atividade, a categoria também conquistou a manutenção da vaga de titular no **Conselho Nacional das Cidades – Concidades**.

Com o lema “Cidade para todos e todas com gestão democrática, participativa e controle social”, a 4ª Conferência das Cidades reuniu mais de 3 mil pessoas para debater os caminhos para melhoria das políticas públicas para habitação, saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana.

Entre as resoluções da Conferência, mereceram destaque as propostas aos projetos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (MCMV), além da assinatura do Decreto 7.217/2010, publicado no dia 23 de junho, no *Diário Oficial da União*, que regulamenta a Lei do Saneamento (11.445/07). As propostas aprovadas serão consolidadas em um documento oficial e encaminhadas ao Governo Federal.

Uma conquista importante dos metroviários foi a manutenção da vaga da Fenametro na representação dos trabalhadores no Concidades. Uma delegação de 9 metroviários e 2 metroviárias dos estados de São Paulo (Wagner Fajardo; Salaciel; Xavier; Zilneide; Kobori; Fábio e Teixeira), Rio de Janeiro (Edgard), Rio Grande do Sul (Werner), Minas Gerais (Almir) e do Distrito Federal (Lúcia), representou a categoria.

Para Werner Streibeil, a oportunidade representa um verdadeiro exercício de cidadania. “Nossa participação torna-se de fundamental importância, na medida em que todos os que lá estão representam os anseios de milhões de brasileiros. É nos dada a oportunidade de praticar a democracia, discutindo e avaliando políticas



Ao lado parte da delegação de metroviários de SP, RJ, RS, BH, DF. Abaixo mesa da reunião do segmento de trabalhadores

de desenvolvimento urbano, sua integração no território nacional, política fundiária, saneamento e o próprio funcionamento do Conselho”, afirmou.

A mesma opinião é compartilhada por Edgard Coelho Vaz. “Esse processo representa a democratização das decisões em nível governamental e para o uso de recursos públicos.



De alguma forma estamos lá para representar o interesse da sociedade, levando seu ponto de vista em investimentos e recursos que serão realizados”, ressaltou.

Acontece nos Estados



>>Rio Grande do Sul

Os metroviários gaúchos receberam uma nova proposta da empresa, que será avaliada pela categoria em assembleia geral a ser realizada na primeira semana de julho. A empresa está oferecendo 5,26% de reajuste salarial, índice este estendido a todas as cláusulas econômicas, com exceção da que se refere ao ticket alimentação. Neste caso, a oferta é de 8,45% retroativo a maio de 2009 e, a contar de maio de 2010, há o acréscimo de **2,05%**, totalizando **10,5%** de reajuste. O Sindicato também aguarda o julgamento de dois processos movidos no Tribunal Superior do Trabalho (TST). O primeiro é relativo à negociação acerca do dissídio de 2009, e propõe a permanência do resultado do julgamento de primeiro grau, que manteve o adicional noturno de 50% para os funcionários antigos e de 20% para aqueles que ingressaram após a publicação da Resolução nº 9 de 1996. No processo também consta a reivindicação da manutenção da cláusula da Resolução nº 9 no Acordo Coletivo. O segundo refere-se ao desconto dos dias parados durante a última greve (junho 2009), e propõe a compensação como forma de ajuste.



>>São Paulo

Em São Paulo os metroviários fecharam a campanha salarial 2010 de forma satisfatória. A

categoria conquistou um reajuste de 5,05% (conforme IPC-Fipe); o aumento de duas cotas do vale refeição (de 22 para 24 por mês) que, somado ao reajuste de 5,05%, garantiu uma atualização de 14,52% no valor do VR; mais reajuste de 11,85% para o vale alimentação. A categoria também acatou a proposta de Participação nos Resultados, que terá o valor mínimo de R\$ 3.600, sendo uma parcela fixa de R\$ 2.783,83, mais 40% do salário nominal de cada funcionário. Mesmo com as conquistas obtidas, os metroviários continuam na luta pelo Plano de Carreira. A empresa comprometeu-se a apresentar uma proposta em 60 dias.



>>Rio de Janeiro

Em assembleia realizada no

dia 1º de julho, os metroviários da concessionária Metrô Rio aprovaram a proposta apresentada pela empresa que encerra de forma vitoriosa a Campanha Salarial 2010. Na opinião dos dirigentes do Simerj, apesar das péssimas condições de trabalho a que os metroviários são submetidos diariamente, o fechamento do Acordo Coletivo 2010/2011 representou um importante avanço para a categoria, que pela primeira vez conquistou um aumento real, com o reajuste salarial de 8% (5% em maio/2010 e 3% em janeiro/2011), acréscimo de 5,49 % no vale refeição, mais reajuste de 8,10% na cesta básica. Outro item que mereceu destaque foi o adiantamento de R\$ 450 da Participação nos

Lucros e Resultados (PLR). Já os metroviários da Riotrilhos continuam aguardando uma proposta oficial da empresa.



>>Distrito Federal

Com a queda do Governo

Arruda no estado, a diretoria que assumiu a frente do Metrô/DF tem mantido uma postura de diálogo com os trabalhadores. Foram realizadas diversas reuniões entre empregados e sindicato, o que não ocorria na gestão passada. Contudo, os casos de assédio e dano moral têm persistido e se acirrado por parte de diretores oriundos da gestão passada. Tal problema preocupa o sindicato, que prepara uma série de abaixo-assinados, reuniões e assembleias, com objetivo de combater as práticas antissindicais que são muito frequentes na empresa.



>> Minas Gerais e Pernambuco



As negociações com a CBTU em relação ao acordo coletivo dos metroviários continuam em andamento. A empresa oferece a reposição de 5,26% sobre todas as cláusulas econômicas (IPCA de 2009) e não aceita nenhuma proposta de aumento real. Outra divergência se dá em relação à implantação do PES – Plano de Emprego

e Salários 2010. De acordo com o plano apresentado pela empresa, apenas uma parte da categoria seria beneficiada, com reajustes de até 100%. Através de uma ação movida no Ministério Público, os metroviários conseguiram que a empresa reformulasse o plano que, agora, precisa ser aprovado pelo Conselho de Administração da empresa. As negociações continuam.



>>Ceará

No dia 18 de junho os metroviários realizaram

a eleição para renovação da diretoria administrativa e do conselho fiscal do sindicato, com chapa única. Dos 129 sindicalizados, 84 compareceram às urnas. Os diretores da Fenametro, Joaquim Helênio e Francisco Carlos, foram eleitos presidente e tesoureiro, respectivamente. O anseio da categoria é que a nova diretoria consiga reverter a decisão tomada pela justiça trabalhista, em 2006, que tirou a legitimidade do sindicato.



>>Piauí

O Sindmetro PI aguarda a autorização da empresa para

formalização do Acordo Coletivo da categoria, com data base em maio/2010, que já se encontra na Secretaria de Administração Pública. O Acordo Coletivo de Trabalho prevê reajustes que variam de 19% a 31%, mais o aumento do vale refeição de R\$ 120 para R\$ 330.